

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO/BAHIA, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2023.

Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às 12:40 horas, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do Conselho Regional de Economia - 5ª Região/BA, de forma virtual, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte Pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR – realizada no dia 03 de março de 2023. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE. 2.1. Planejamento estratégico. 2.2. Plenária ampliada – 10/05/2023. 2.3. Esclarecimentos sobre a nova Lei de Licitações e decisões judiciais. 2.4. Reunião com o Cofecon sobre o novo sistema de cadastro. III. ORDEM DO DIA. 3.1. Prestação de contas do exercício 2022. 3.2. Propostas da Comissão de Assuntos Acadêmicos. IV – O QUE OCORRER. Estiveram presentes na Sessão Plenária o presidente do Corecon/BA Gustavo Pessoti, a vice-presidente Isabel Ribeiro, os conselheiros Gildásio Santana, Reinaldo Sampaio, Luiz Pimenta, Rodolfo Lujan, Ana Cristina, Alex Gama, Marcelo Santos e o presidente do Cofecon Paulo Dantas. Justificaram as ausências as conselheiras Ana Cristina, Leandra Pereira, Helga Dulce. Também estiveram presentes o superintendente Bruno Pires, o contador Pedro Gomes e a assessora de comunicação Lívia Santana. Constatando haver *quórum* suficiente, o presidente Gustavo Pessoti iniciou os trabalhos da Sessão Plenária passando a discutir e deliberar a pauta. I – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ANTERIOR - realizada no dia 03 de março de 2023. A referida ata foi aprovada sem ressalvas por todos os presentes. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE. 2.1. Planejamento estratégico. O presidente Gustavo Pessoti solicitou à vice-presidente Isabel Ribeiro que prestasse os esclarecimentos sobre o tema. A vice-presidente disse que o documento não se tratava de um planejamento estratégico, pois precisaria de reuniões para discutir diretrizes e que encaminhou um questionário aos conselheiros e colaboradores e que ao todo recebeu retorno somente dez pessoas, ou seja, de menos da metade. Diante das respostas, identificou fragilidades na legislação que ameaçam o Conselho, além da pouca representação política em defesa da categoria. Disse que é necessária maior aproximação com entidades como UPB e uma nova Lei para a profissão, de forma a garantir o campo de atuação profissional. Ainda como ameaças, mencionou a recessão pela qual passa o país, que inviabiliza novos registros, além do fechamento de cursos de economia e a baixa inserção do profissional no mercado de trabalho. Disse esperar que com o novo governo a situação melhore e também seja possível retomar uma aproximação com estudantes e profissionais. Como causas sociais, disse que há uma baixa adesão ao pagamento de anuidades, tendo em vista o maior número de economistas estarem no emprego público e que era preciso informar para a sociedade sobre os serviços de consultoria financeira que são prestados pelos economistas, o que também poderia atrair estudante e profissionais para atuarem nesse campo. Salientou que era necessário ampliar as relações institucionais e parabenizou a comunicação do Corecon, na pessoa da assessora de comunicação Lívia, pela agilidade na divulgação de notícias e ações do Conselho tanto no site como nas redes sociais e disse que tem recebido retorno de algumas pessoas dizendo que agora se sentem estimuladas a se registrarem. Quanto aos colaboradores, identificou que o Conselho tem uma equipe pequena liderada pelo superintendente Bruno, mas comprometida e experiente, reconhecida por algumas pessoas que responderam ao questionário, bem como pelo Cofecon, pois quando esteve em Brasília, todos os servidores foram muito elogiados. Identificou que o Conselho precisa de pequenas reformas em suas instalações, que deverão ser feitas assim que for possível, gerando melhores condições de trabalho aos colaboradores. Quanto aos sistemas informatizados, salientou que o Conselho adquiriu novos computadores modernos, mas o novo sistema cadastral está prejudicando a entidade e na última live que fez, esteve com a representante do Conselho de Psicologia que lhe disse que em seu Conselho teve o dobro de problemas e prejuízos com esse mesmo sistema da BR Conselhos. Sobre o corpo funcional disse que é organizado, com colaboradores dispostos, solícitos, eficientes e com boa relação com a gestão da

entidade. Finalizou dizendo que é preciso mais aproximação com a academia, alcançar novos registros, melhorar o ambiente de trabalho dos colaboradores e que foi convidada pelo Cofecon para participar da Comissão da Mulher e Diversidade. O presidente do Cofecon Paulo Dantas, informou que no dia 21/03 esteve em uma reunião do Conselho e ao final se reuniu separadamente com os presidentes do CFC e CFA e iniciaram uma discussão proposta pelo Cofecon sobre a divisão de atividades profissionais. Disse que há sempre uma resistência dos outros conselhos e mencionou sobre a necessidade de ajustar as áreas de conflitos entre as três profissões, delimitando o campo de atuação de cada uma. Salientou que foi avisado que vai haver dificuldades, mas as questões serão apresentadas. Deu exemplo do novo PL dos contadores que tem 42 atividades privativas, estando totalmente fora da realidade e disse que mostrou ao presidente do CFC que se disse surpreso com o que leu no seu próprio PL, reconhecendo exageros. Finalizou dizendo que outra reunião será marcada para colocação e discussão das atividades de cada uma das profissões. O presidente Gustavo Pessoti parabenizou a vice-presidente Isabel Ribeiro pelas informações e disse que essa iniciativa foi uma das melhores dos últimos tempos, pois levantou questões importantes que daria material para outras discussões. Enfatizou a necessidade de participação dos conselheiros que estão cada vez mais distantes do Conselho, deixando de participar até mesmo das plenárias. Salientou que um planejamento requer a participação de todos, que percebe uma letargia entre a categoria dos economistas e que uma nova lei traria um alento para a categoria e favoreceria a aproximação com o Conselho. Salientou que a formação dos profissionais também é importante para o enfrentamento do mercado de trabalho, e que há uma evasão nos cursos de economia sendo preciso o Conselho provocar uma reunião com as IES para discutir o assunto. Disse ainda que seria interessante retirar do questionário as melhores informações para discutir ações possíveis, visando a continuidade das gestões, sendo necessário compreender as particularidades de um sistema com baixo número de registros e concordou que a aproximação com as entidades era fundamental, chamando as IES que não tem dado retorno as demandas do Conselho. Reiterou a necessidade das comissões funcionarem com compromisso para com o Conselho, pois existem ações rápidas que surtem efeitos, através da adesão às comissões por afinidade. O conselheiro Rodolfo Lujan agradeceu à vice-presidente Isabel Ribeiro pela elaboração do material e disse que os pontos já eram conhecidos há muito tempo e estavam se agravando, gerando dúvidas sobre a manutenção dos Conselhos com seus formatos atuais e que era só observar o saldo financeiro da entidade que vem diminuindo ano após ano, com baixa adesão dos estudantes aos cursos de economia e poucos registros no Corecon. Salientou que os cursos precisam ser revisados sob o ponto de vista da formação, com novos temas voltados para a atuação profissional. Disse que o sistema precisa de articulações que superam a atuação dos Conselhos Profissionais e que os conselheiros tem responsabilidade de prestar contas aos colegas economistas pois foram eleitos por eles, através do comprometimento e ações para equacionar os problemas que são antigos e conhecido de todos. O conselheiro Reinaldo Sampaio elogiou o trabalho da vice-presidente Isabel Ribeiro e disse que gostaria de recebê-lo por e-mail e a vice-presidente disse que encaminharia para a superintendência enviar para todos.

2.2. Plenária ampliada – 10/05/2023. O presidente Gustavo Pessoti informou que a programação para a próxima plenária ampliada está excelente, voltada para temas da economia baiana e foi construída juntamente com a vice-presidente Isabel Ribeiro. Disse que será no dia 10/05 e no sentido de tentar melhorar a adesão e por sugestão dos palestrantes, será à noite, às 19:00h, em formato virtual e terá a participação de Ana Georgina, do DIEESE; Edgar Porto, da SEI e Vladson Menezes da FIEB e como forma de prestígio e aproximação, a mediação será por uma pessoa da UFBA. Salientou que é preciso a adesão das IES através de uma articulação através dos conselheiros nas IES e que após o evento será feita uma síntese para publicação no site e redes sociais. O conselheiro Rodolfo Lujan parabenizou a iniciativa, disse que provavelmente irá participar e informou que precisaria se ausentar para uma outra reunião. O presidente do Cofecon Paulo Dantas

também informou que precisará se ausentar pois também entrará em uma outra reunião e agradeceu a todos. 2.3. Esclarecimentos sobre a nova Lei de Licitações e decisões judiciais. O presidente Gustavo Pessoti pediu para o superintendente Bruno Pires prestar os esclarecimentos. O superintendente informou que no dia 30/03 teve uma reunião com a vice-presidente Isabel Ribeiro e a assessora jurídica Sabrina Batista onde foi discutido sobre alguns aspectos da nova lei de licitações que traria impactos complexos ao Corecon, com a necessidade de montar uma estrutura que os Conselhos não tem condições de arcar financeiramente nem com mão de obra suficiente e nem capacitada, desde a formação de pregoeiro oficial, aquisição pelo ComprasNet e outras questões. O superintendente informou que desde o ano de 2022 vem discutindo o assunto com a assessora jurídica e o melhor entendimento a que chegaram foi o de que o Cofecon pudesse oferecer sua estrutura através de uma espécie de “central de licitações”, tendo em vista a sua estrutura funcional e custos elevados de implantação, para servirem aos Conselhos Regionais na medida de suas necessidades. Finalizou dizendo que para o alento dos Conselhos, houve uma marcha de prefeitos em Brasília, às vésperas da lei entrar em vigor, onde alegaram que mais de 60% dos municípios brasileiros não teriam estrutura e condições para o cumprimento da Lei e a mesma foi prorrogada por mais um ano, o que não quer dizer que não tenhamos que fazer as adequações. O superintendente finalizou sugerindo que o presidente Gustavo Pessoti inicie gestões com o presidente Paulo Dantas, já com toda a antecedência possível, no sentido de demonstrar a incapacidade da grande maioria dos Regionais se adequarem às exigências da nova Lei, solicitando ao mesmo que o Cofecon possa oferecer sua estrutura para as aquisições dos Regionais. No tocante ao cancelamento de registros, disse que a assessora jurídica do Conselho informou que houve duas decisões recentes desfavoráveis ao Corecon, onde o juiz determinou os cancelamentos dos registros entendendo que não era obrigação do economista entregar documentos que comprovassem o não exercício profissional, pois, sendo o Conselho órgão fiscalizador, caberia a ele essa fiscalização. Em uma das decisões há condenação no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que gera apreensão por parte do Conselho, pois podem vir outras no mesmo sentido. Salientou que este tipo de decisão já foi vista em outros Estados, mas para o Corecon/BA foi a primeira vez. Salientou que dessa reunião, juntamente com a vice-presidente Isabel Ribeiro, saiu o entendimento da assessora jurídica de avaliar os processos semelhantes que gerem o mesmo risco, para se antecipar e pedir audiências aos juízes no sentido de conciliar antes do fim do processo, para evitar futuras condenações. O conselheiro Reinaldo Sampaio disse que é preciso tratar com a assessora jurídica para identificar de onde se origina a solicitação do Corecon para que o economista entregue documentos que possibilitem a identificação se ele exerce ou não a profissão quando o mesmo pede cancelamento do seu registro. Disse que se for uma determinação do Cofecon e o Regional não cobrar, estará descumprindo uma norma emanada pela autoridade máxima do sistema, portanto, se o Corecon atende ao normatizado pelo Cofecon não pode ser responsabilizado pelo pagamento de danos ao economista. Disse que era preciso uma abordagem jurídica do Corecon para o Cofecon, no sentido de levar a questão para a discussão e entendimento, inclusive com orientação de como os Regionais devem proceder diante desses desdobramentos. O superintendente Bruno Pires disse que diante dessas condenações, talvez seja preciso a assessoria jurídica pensar sobre um novo formato de processo de cancelamento de registro, pois o Conselho não pode cancelar por mero pedido, sob pena de total esvaziamento da sua base de contribuintes, bem como também não pode correr riscos de condenações futuras com a mesma natureza. 2.4. Reunião com o Cofecon sobre o novo sistema de cadastro. O superintendente Bruno Pires informou que no mesmo dia 30/03 foi agendada mais uma reunião pelo Cofecon, com a participação de todos os servidores do Corecon/BA para tratar de questões relacionadas ao novo sistema de cadastro e disse que iniciaram a reunião abordando os mesmo assuntos do expediente encaminhado ao Cofecon, informando do não pagamento pelo uso do sistema, ou seja, disseram que o sistema não oferecia

informações básicas como por exemplo o número de economistas adimplentes em 31/12/2022, no que o professor Eduardo concordou que realmente era uma informação básica de sistema. Continuou dizendo que informaram que no ano passado não fizeram cobrança por falta de relatório preciso de devedores, salvo no final do exercício e por dentro do sistema via e-mail, sem poder mensurar o alcance; que encaminharam todas as prestações de contas sem dados importantes tendo em vista o sistema não oferecer e que estavam pagando a assessoria jurídica pela média dos meses anteriores à implantação do novo sistema. Informou ao plenário que semana passada a colaboradora Tânia mostrou um pagamento feito por um economista em um determinado valor e o sistema acusou o recebimento de outro valor, demonstrando que não há precisão e segurança. Continuou dizendo que na reunião mencionaram que abriram tickets/chamados que não foram respondidos, mas foram encerrados e outros que foram respondidos, mas não atenderam ao solicitado. Disse que o Corecon tem ticket de maio/2022 sem resposta e que quando não atendiam, tentavam resolver via telefonema e/ou com Keliane, mas que agora por diante passaram a rejeitar a resolução dada por eles. Ao final da reunião, foram informados por Keliane, que algumas solicitações já estavam sendo providenciadas. No dia seguinte, dia 31/03, houve outra reunião com todos os Corecon's e o resultado foi o que já conhecia pois é dito por todo o sistema: uma insatisfação generalizada, uma reclamação geral, com colegas experientes de sistema já sem paciência com o assunto. Continuou dizendo que recentemente ouviu de um Regional que já está "desistindo, deixando pra lá e trabalhando com o que dá e o que tem", meio que "jogando a toalha". É fato que tem gerado um desânimo de todos, tendo em vista os problemas. Disse que para se ter uma ideia, na Bahia a migração ocorreu há um ano e muitos problemas persistem e que presumia que a Bahia devesse estar mal vista pela BR Conselhos, tendo em vista as cobranças que tem feito. Outra informação importante é que nessa reunião, foi dito explicitamente pela BRC que o sistema não produz relatórios e, dito isto, no seu entendimento o Cofecon não poderia cobrar dos regionais algumas informações. Disseram ainda que o que precisassem desenvolver terá custo para o sistema e que fizeram uma espécie de agrado ao sistema quando geraram um relatório em excel para atender ao básico de sabermos com quantos economistas adimplentes encerramos o exercício de 2022. Informou ainda que ensinaram um caminho que não permite chegar onde queremos. Informou que em relação ao Recred por exemplo, visualiza-se as anuidades em aberto, mas quando se vai para a tela de parcelamento algumas anuidades desaparecem aí o suporte mais rápido é Keliane que faz alguma coisa no sistema, as anuidades reaparecem e consegue-se fazer o parcelamento. Salientou que isso é recorrente e gera perda de tempo com uma coisa tão básica. Informando ainda que quando o Corecon instituiu as inscrições isentas, foi encaminhado solicitação perguntando se o sistema estava adequado ou que fizessem as adequações e receberam ligação da BRC dizendo que não haviam entendido o que foi solicitado e perguntando de que forma o Conselho queria que fosse feito, como se um Regional pudesse determinar o que quer, sobre uma situação voltada para todo um sistema. Em janeiro ou fevereiro, o sistema encaminhou boletos para o DDA dos economistas, que foi solucionado, mas gerou inúmeras reclamações dos economistas. O Corecon/MG relatou o mesmo problema e quando ligamos para falar com eles disseram que não sabiam do que se tratava. Outra questão informada pelo superintendente Bruno foi que ao lançar dados de novos registros no sistema, os economistas recém cadastrados estavam recebendo automaticamente uma mensagem da BRC com instruções de acesso ao sistema que não levam a lugar nenhum e mais uma vez o profissional ligava reclamando do Corecon, pedindo informações sobre um assunto que sequer sabíamos do que se tratava. Quando nos reportamos a BRC disseram que não sabiam o que era. Uma curiosidade: algumas vezes nos deparamos com listas no sistema com menção a contadores e advogados, mas são de economistas registrados no Corecon. De maneira simplória, a sensação que nós servidores temos é que o sistema é uma colcha de retalhos, com fragmentos que foram juntados. Outro aspecto importante: passaram a

encerrar tickets sem retorno, quando antes retornavam sem resolver. Entendemos que o Cofecon não se furta em ajudar, ao contrário, tenta ajustar, mas infelizmente não tem conseguido e/ou consegue parcialmente, pedindo sempre que tenhamos paciência, pois o novo sempre gera necessidade de adaptação, que o Cofecon tem tido muitos custos no sentido de tentar resolver as questões dos Regionais, dentre outras coisas e, quando fazemos uma comparação com o sistema anterior percebemos que gera um certo desconforto. O conselheiro Reinaldo Sampaio parabenizou o superintendente Bruno Pires pela clareza e didática no que foi trazido e solicitou que os servidores elaborem uma tabela com quatro colunas da seguinte forma: item – como era – como está – relevância do item. Isso permitirá uma visão ainda mais clara para todos. Disse ainda que o Cofecon adquiriu um problema para o sistema, que não atende às necessidades dos Conselhos, que não houve uma discussão com os Conselhos para identificar o que era importante e prioritário, o que acarretará em custos extras diante das necessidades de adequações que já surgiram e vão surgir a todo tempo. A vice-presidente Isabel Ribeiro relembrou que na Sessão Plenária Ampliada do Cofecon que participou, o turno da tarde foi todo de discussão e reclamação sobre o novo sistema e que percebeu que o vice-presidente do Cofecon é um defensor ferrenho do sistema. O conselheiro Reinaldo Sampaio informou que no Since almoçou com o presidente Lacerda e o vice-presidente Paulo Dantas e lhes disse sobre o problema que o novo sistema estava gerando para os Regionais. O conselheiro Luiz Pimenta perguntou ao superintendente Bruno Pires se o Cofecon não tinha esses dados e foi informado que não sabia se o Cofecon tinha esses dados guardados, pois foram integralmente migrados do sistema anterior para o atual e que se tivessem estavam desatualizados pois faz um ano que o sistema foi migrado.

III. ORDEM DO DIA. 3.1. Prestação de contas do exercício 2022. O presidente Gustavo Pessoti pediu ao contador dr. Pedro Gomes para explanar sobre o assunto. O contador Pedro Gomes informou que a prestação de contas anual é uma obrigação regimental e que vem sendo cumprida regularmente, salientando que todas as prestações de contas foram aprovadas pelo Conselho Federal de Economia. Além da prestação de contas anual, o Conselho Regional faz prestações de contas trimestrais, tendo sido as relativas ao exercício financeiro de 2022, também aprovadas pelo Cofecon. Prosseguindo, o contador Pedro Gomes informou que conforme verificado no Balanço Orçamentário de 2022, o Corecon arrecadou de Receitas orçamentárias R\$ 916.252,54 (novecentos e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) e realizou de Despesas orçamentárias R\$ 971.767,74 (novecentos e setenta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos), resultando em déficit de R\$ 55.515,20 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e quinze reais e vinte centavos), que, comparado ao do exercício de 2021, de R\$ 16.870,00 (dezesseis mil, oitocentos e setenta reais) apresenta um crescimento de R\$ 38.645,20 (trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos), que, na sua opinião, não era motivo para preocupação, visto que, no exercício de 2022, embora a Receita arrecadada tenha sido maior que a do exercício de 2021, a Despesa realizada, também, foi maior que a do exercício de 2021. O acréscimo de despesas, em 2022, foi causado pela necessidade de realização de despesas urgentes e inadiáveis, visando retorno positivo futuro, tais como: postagens de cartas de cobranças e parte dos recursos para a aquisição de cinco notebooks. Além disso, foram realizadas despesas com a comemoração do Dia do Economista, sem o apoio financeiro, como ocorria em anos anteriores. Convém ressaltar, ainda, o reajuste dos salários dos servidores, e dos honorários dos prestadores de serviços, em percentual abaixo da variação da inflação, no período, os quais estavam há 03 anos sem reajuste de suas remunerações. O presidente Gustavo Pessoti disse que mesmo com todos os esforços feitos, ainda não foi possível sanar ou zerar o déficit e solicitou ao contador para verificar posteriormente, dentro das despesas de terceiros, se ainda haveria alguma despesa que pudesse ser reduzida, como redução nos valores dos contratos da assessoria jurídica. Prosseguiu dizendo que o reajuste dos servidores que estavam há três anos sem reajustes e com perdas salariais, não impactou nas contas do Conselho e que até

mesmo os reajustes dos prestadores de serviços também se comportaram dentro da média. Salientou que foi informado pela assessora jurídica que vão haver reverses contra o Corecon, com pagamentos de condenações judiciais em valores elevados, o que gerava um alerta para o futuro e para a nova gestão. Finalizou perguntando ao contador dr. Pedro Gomes se houve alguma despesa extra em serviços de terceiros e foi informado do pagamento de valor elevado de correios grande parte ainda do exercício de 2021, despesas com o Dia do Economista que não houve patrocínio em 2022, gasto com parte dos valores dos novos computadores, além da manutenção dos aparelhos de ar condicionados que já estão muito velhos, do aumento generalizado dos preços de fornecedores e dos preços públicos que também aumentaram bastante. Salientou que para 2023 o Conselho não terá a despesa com aluguel de computadores. Disse ainda que se o Corecon tivesse cobrado regularmente aos economistas como faz todos os anos, e não o fez em 2022 devido à impossibilidade gerada pelo novo Sistema de Cadastro, que não dá segurança de dados, certamente o resultado seria diferente, com a possibilidade até de superávit. O contador informou, que o Resultado Econômico do exercício de 2022, como se verifica na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, foi um superávit de R\$ 12.319,80 (doze mil, trezentos e dezenove reais e oitenta centavos). Informou, ainda, como evidenciado no Balanço Patrimonial, que o Ativo Circulante é R\$ 592.855,17 (quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos) e o Passivo Circulante é de R\$ 36.829,46 (trinta e seis mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos), demonstrando excelente índice de liquidez. Concluiu dizendo que a prestação de contas já havia sido previamente examinada e aprovada pela CTC do Corecon, com parecer assinado por todos os componentes. O presidente Gustavo Pessoti solicitou ao superintendente Bruno Pires que procedesse à leitura do parecer da CTC que aprovou e recomendou a aprovação da prestação de contas pelo Plenário e, após lido, a prestação de contas foi colocada em apreciação e deliberação do Plenário, sendo aprovadas por todos os presentes.

3.2. Propostas da Comissão de Assuntos Acadêmicos. O presidente Gustavo Pessoti informou que esteve reunido juntamente com a vice-presidente Isabel Ribeiro e a Comissão de Assuntos Acadêmicos para discutir algumas ações do Conselho, tendo em vista a necessidade de redução de custos e entendeu-se que diante do déficit inesperado para o exercício de 2022, para este ano a melhor forma de comemorar a Semana do Economista seria apoiar os cursos de economia em suas semanas de Economia, através do pagamento de passagem aérea para palestrante ou hospedagem, de forma que todos esses custos não ultrapassassem R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Salientou que o evento de 2022 foi muito ruim, onde os gastos e o trabalhos das pessoas envolvidas não justificaram o evento, quando os economistas não prestigiaram sequer a presença do presidente e vice-presidente do Cofecon e salientou que até para distribuir as bolsas para o curso contratado pelo Conselho foi muito difícil, além do trabalho de divulgação, organização, elaboração de peças promocionais, busca de apoio institucional etc. Diante dessa situação, foi deliberado então que em Salvador não haverá comemoração, decidindo-se por prestigiar as instituições de ensino em seus respectivos eventos. Sobre o Prêmio de Monografia também vai continuar sem premiação pecuniária e o vencedor receberá uma placa do Conselho com o a foto de Jairo Simões em parceria com o Cofecon ou Ordem dos Economistas, além dos melhores classificados publicarem seus trabalhos no Reflexões 2024. Para a Gincana Baiana de Economia, manteve-se o entendimento de apoiar com uma modesta ajuda de custo para deslocamento ou hospedagem à dupla vencedora do certame. O superintendente informou que o Prêmio de Monografia já poderia ser iniciado pelos professores Gildásio e Helga que coordenou muito bem o anterior, fez todas as gestões necessárias e já possui o regulamento e edital que bastam ser atualizados em datas, prazos etc. e, após finalizada essa etapa, repassar para Livia para confeccionar as peças de divulgação e encaminhamento às IES. Após as exposições, o presidente Gustavo Pessoti solicitou a aprovação do Plenário e os assuntos foram aprovados por todos os presentes. Ao final, o presidente pediu ao superintendente Bruno Pires para

informar aos conselheiros ausentes, o que foi decidido no plenário sobre a Semana do Economista 2023. IV – O QUE OCORRER. Sem assunto. Nada mais a tratar, o Presidente Gustavo Pessoti agradeceu a todos e encerrou os trabalhos da Sessão Plenária e eu, Bruno Pires Sacramento, lavrei a presente Ata que será assinada por todos os presentes. Salvador, 03 de abril de 2023.